

RESUMO

O presente artigo propõe uma reflexão a respeito da função social da universidade a partir de um contexto de políticas públicas recessivas e modernização do país. Discute as possibilidades que se colocam no estabelecimento de parcerias, ora com movimentos populares, ora com empresas e as implicações de dada relação para a universidade.

ABSTRACT

This paper proposes a reflection on the social function of the University in a context of recessive public policies and the ongoing process of modernisation in Brazil. It discusses the possibilities of partnership with popular movements and enterprises, and the implications of such relationships for the University.

MOVIMENTOS POPULARES X EMPRESAS: A FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE A PARTIR DAS PARCERIAS CONSTITUÍDAS

*Maria das Graças Martins da Silva**

*Paulo Speller***

Diante do cenário mundial e nacional capitalizado por políticas sociais recessivas, é importante avaliar tendências para a universidade pública, até como uma possibilidade que se coloca no sentido de superar o tom fatalístico (e pessimista) instaurado. Ao propor-se uma reflexão que considere a função social dessa instituição¹, possibilitando examiná-la sob o entrelaçamento com a sociedade na qual se insere, há necessidade de que se atente aos vínculos estabelecidos pela instituição, às prioridades definidas no campo social, às parcerias que se formam. Tais indicadores, acreditamos, são elementos importantes, capazes de propiciar uma avaliação sobre os caminhos da universidade. Ao iniciar o estudo proposto, percebe-se que podem ser encontradas duas alternativas principais, possíveis de representar elos, direções e concepções de universidade: a parceria com empresas e a parceria com movimentos sociais. Certamente, não são opções *puras*, lineares, ou que abranjam o conjunto da instituição. Devem ser vistas enquanto tendências que se constroem e vão se consolidando na universidade, estabelecendo definições e procedimentos, e é nestes termos que se pretende avançar no exame dessas questões.

* Técnica em Assuntos Educacionais e Mestranda em Educação na UFMT

** Professor Doutor do Instituto de Educação da UFMT

¹ Este artigo é resultado de reflexões dos autores durante o processo de elaboração de dissertação de Mestrado, atualmente em fase de conclusão, que tem como objetivo analisar a extensão enquanto função social da universidade.

Universidade e Empresas

“Universidade e empresa: a interação necessária”.

Carlos Vogt e Cesar Ciacco

O conhecimento prestado ao nível universitário assume importância no atual contexto sob o argumento de que pode aumentar o nível de produtividade, permitindo que o país venha a enfrentar a concorrência internacional, intensa diante da globalização econômica. AGUIAR (1997) afirma que já se pode vislumbrar indícios do que está sendo implementado pelas instituições de educação superior: são mudanças no *padrão de gestão, na integração regional e na busca de recursos financeiros*. Para enfrentar a modernização no padrão de gestão, a eficiência, a eficácia e a produtividade são metas que passam a ser perseguidas; a integração regional cumpre o papel de reorganizar o sistema de ensino superior em função dos blocos econômicos, tornando a universidade permeável às demandas dos setores produtivos; e, por fim, para resolver o problema de falta de recursos financeiros, as universidades terão de encontrar formas alternativas de manutenção e funcionamento, como cobrança de mensalidades, parceria com empresas para suplementação orçamentária, captação de verbas no mercado, desenvolvimento de projetos financiáveis etc.

SILVA JR. (1996, p.27) analisa a reestruturação do processo produtivo no Brasil e aponta algumas tendências também nesta direção. Segundo ele,

a priorização das áreas científicas mais próximas do setor produtivo em detrimento das demais parece emergir como outra característica do ensino superior. (...) O setor público, por seu melhor aparelhamento e melhor formação de seu corpo docente, além de maiores financiamentos, tende a desenvolver as pesquisas de maior envergadura e de maior competitividade industrial.

Vários exemplos de aproximação entre o setor produtivo e as universidades são mencionados pelo autor, como o Programa Disque Tecnologia, da USP, que conta com 4.200 professores cadastrados para oferecer consultorias a empresas de pequeno porte a preços relativamente baixos. Também cita o micrômetro a *laser* desenvolvido pela UFSC junto a uma empresa, que comercializa o produto e paga direitos de patentes à instituição de pesquisa. Diante deste contexto, o autor faz um alerta de que o possível “desprestígio” das ciências humanas pode vir a ser um dos fatores que contribuam para reduzir a capacidade de mediação crítica da universidade, deturpando, assim, sua identidade institucional.

VOGT & CIACCO (1995) citam a criação do Instituto Uniemp (Fórum Permanente das Relações Universidade-Empresa), em São Paulo, criado com a finalidade de firmar o diálogo entre empresas e universidade, resultando na definição de diretrizes, metas e ações em conjunto. Enfatizam que as resistências a esta relação começam a quebrar-se, mostrando que a parceria com empresas é um caminho capaz de estimular o setor empresarial a realizar investimentos em pesquisa. A incidência crescente desta disposição revela-se em alguns dados, como os 283 convênios mantidos pela USP, em 1990, e os 6 mil atendimentos feitos pelo Disque Tecnologia, em três anos. (PLONSKI, 1995)

Reforçando a tese que defende a aproximação da universidade com o setor produtivo, o Banco Mundial enfatiza que uma das estratégias necessárias para que as instituições públicas tenham um desempenho baseado na qualidade e eficiência “*é a realização de atividades que gerem rendas, como os cursos de curta duração para formação profissional, os contratos de pesquisa para a indústria e os serviços de consultoria*”. (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 48)

Percebe-se, pois, uma orientação objetiva no sentido de que as universidades públicas encaminhem propostas capazes de constituir-se em mecanismos de captação de recursos, instituindo, por exemplo, uma política de cobrança de taxas. As limitações orçamentárias que a instituição enfrenta fazem

pressão para que busque formas *alternativas* de sobrevivência, o que a joga sob novas contradições, como, por exemplo, o conflito que se estabelece entre o seu caráter público e a iminência de cobrança de taxas ou a parceria com o setor produtivo, especialmente o que detém maior capital, visando à reposição de perdas financeiras.

A função da universidade que se mostra especialmente suscetível e atraente à *mercantilização* é a pesquisa, devido ao produto que o conhecimento desenvolvido é capaz de gerar. Sobre isso, CHAUI (1995, p. 86) põe algumas ressalvas:

Há uma tendência a uma aceitação acrítica da privatização das pesquisas, perdendo-se de vista o papel público do trabalho de investigação. A aceitação dos financiamentos privados produz os seguintes efeitos principais:

a - perda da autonomia ou liberdade universitárias para definir prioridades, conteúdos, formas, prazos e utilização das pesquisas que se tornam inteiramente heterogêneas;

b - aceitação de que o Estado seja desincumbido da responsabilidade pela pesquisa nas instituições públicas;

c - aceitação dos financiamentos privados como complementação de infra-estrutura para os trabalhos de investigação, privatizando a universidade pública;

d - desprestígio crescente das humanidades, uma vez que sua produção não pode ser imediatamente inserida nas forças produtivas, como os resultados da ciência;

e - aceitação da condição terceiro-mundista para a pesquisa científica, uma vez que os verdadeiros financiamentos para a pesquisa de longo prazo e fundo perdido são feitos no Primeiro Mundo.

Tais questionamentos tornam-se mais candentes em função de que no Brasil a pesquisa é centralizada na universidade, e são raros os programas de pesquisa tecnológica desenvolvidos por empresas privadas. Por isso, MENEZES (1995, p. 101) acredita que *“a modernização produtiva no Brasil depende diretamente*

da participação das universidades”, as quais, na sua opinião “não devem se restringir a apoiar a produção, mas que também não podem se recusar a fazê-lo”.

Contudo, CUNHA (1993, p. 109) chama a atenção para o fato de que uma nova função passa a ser atribuída às instituições de ensino superior, em especial às universidades: “*a produção de conhecimentos que propiciem e acelerem a reinserção dos países da região no mercado mundial*”. Em função disso, afirma, pode-se estar transformando a dependência diante da Igreja ou do Estado para, agora, na dependência diante do mercado. A seu ver, este (o mercado), ao contrário dos demais, não é passível de ser personificado em figuras-símbolos (como o bispo, o general...), e nisso reside o seu poder: a dissimulação dos mecanismos de controle sobre a produção acadêmica. Coloca ainda que na relação entre empresa e universidade encontra-se a presença de duas lógicas contraditórias: a empresarial,

que exige a apropriação privada dos resultados do projeto de que participa, preservando-o mediante cláusulas de uso restrito e de segredo; de outro, a lógica universitária, de inequívoca base iluminista, que pretende a apropriação ‘coletiva’ do saber mediante a sua mais ampla difusão. (ibid, p. 110)

Sem rejeitar totalmente esta parceria, CUNHA (1993) considera que as universidades podem inserir-se no mercado, porém sem perder sua autonomia, e isto acontecerá se esta determinar quando, como e para que se fará a inserção.

Universidade e Movimentos Populares

Não creio que as universidades estejam isoladas da sociedade. Certamente há muitos pontos de encontro e muitas atividades ligando o que se faz nas universidades e o que acontece na sociedade. O que me parece, porém, é

que há pontes bem feitas, pavimentadas, entre as universidades (em suas opções, prioridades, pesquisas, ensino, no tipo de profissional que formam, na metodologia que adotam, etc.) e o mundo empresarial, o mundo do capital, e pouquíssimas com o mundo dos movimentos sociais, com o mundo dos trabalhadores, com o mundo dos excluídos.

(Frei Sérgio Antônio Görgen)

No contraponto a uma universidade que passa a assumir contornos empresariais, ou anuncia tendência ao vínculo unilateral com empresas, encontra-se uma universidade que prioriza a aproximação com os movimentos populares². Neste sentido, FILIPOUSKI (1996) considera que as universidades públicas, nos últimos anos, têm procurado ativamente estruturar suas atividades extensionistas a partir da realidade das questões sociais. Para estas instituições, o comprometimento com o desenvolvimento social, entendido a partir da problemática dos setores marginalizados, passa a constituir uma das suas grandes prioridades. Assim, constatamos depoimentos ilustrativos:

– Claramente optamos por um conceito de extensão como interação, propondo ambiciosamente que a extensão deixasse de ser mero apêndice do processo acadêmico e se impusesse como um dos elementos articuladores da produção de um novo tipo de conhecimento, resultante do contato dos saberes acadêmico e popular. Os programas desenvolvidos pela universidade propõem-se, então, a priorizar ‘os excluídos, passando a trabalhar em parceria com populações tradicionalmente marginalizadas da sociedade e sobretudo dos bancos

² A expressão “movimento popular” é aqui utilizada para designar, generalizadamente, as forças coletivas que buscam corrigir diferenças sociais instituídas, posicionando-se e inserindo-se na luta por condições sociais mais justas, pelo exercício da cidadania e pela democratização da sociedade.

universitários'. (GUIMARÃES, Pró-Reitora de Extensão da UFRGS, 1996)

– *Na Universidade já pairava a clareza de que a sua função social deveria privilegiar o atendimento à grande massa da população, bem como a compreensão de que constituem a instância pública privilegiada para contribuir com a tão necessária transformação social, no sentido de buscar melhores condições de vida para a população.* (ARCO-VERDE, professora da UFPR, 1995, p. 52)

Braga et al. (1997) chamam de uma reforma silenciosa o que vem acontecendo no interior das universidades, constituindo-se numa ruptura com os paradigmas dominantes da ciência, conspirando na produção de um ensino enraizado no mundo da vida e da interdisciplinaridade. Esta ruptura, explicam, vem de um processo de mudança que se dá: *“Desde a mudança que não é espontânea e surge em determinadas circunstâncias, em um ponto em que o todo se obriga a mudar, até a mudança em pequenas partes do todo, com perspectivas de globalidade”* (ibid, p. 32). Os casos de ruptura tomados como exemplo são: o trabalho de educação popular desenvolvido nos programas de pós-graduação em educação na UFRGS (objetivando a dinamização da sociedade civil e o entrelaçamento de suas diferentes instituições); o trabalho da pró-reitoria de graduação da UNISINOS denominado Nute, em 1993 (com o intuito de utilizar as tecnologias educacionais nos processos de ensino e de aprendizagem); o processo de avaliação institucional interno e externo na UFRGS, que identifica a *“mudança de dentro para fora que vem destruturando relações internas de poder e produzindo transformações macro e microinstitucionais”*; o caso do vestibular na UFPEL, cujas experiências realizadas procuram modificar os processos de ensinar e aprender tradicionais, tanto na universidade, como no ensino médio, na pretensão de substituir a memória e a estocagem de informações por novas formas de aprendizagem, mais significativas e compreendendo novas relações com o cotidiano.

Assim, a despeito da conjuntura adversa, há indícios da presença de forças no interior da universidade direcionadas a um engajamento com a problemática social, sob a ótica dos setores marginalizados. Diante disso, FÁVERO (1997, p. 66) afirma:

Para nós que temos um compromisso com a universidade pública, é extremamente importante que se construa um projeto alternativo para essa universidade em que não se limite a discutir o conteúdo das propostas neoliberais e conservadoras, mas que sejam encontradas saídas para ela em sintonia com as demandas mais amplas da sociedade.

Empresas ou Movimentos Populares?

Um olhar sobre a constituição da universidade medieval pode trazer interessantes pontos de análise. Criada sob a forma de *universitas* (palavra que significa comunidade, associação), em países como França, Itália e Inglaterra, esta instituição surgiu inicialmente a partir de uma corporação de mestres que se organizaram para se proteger da pressão da Igreja, do poder instituído e da influência da burguesia urbana. A busca da autogovernabilidade e da independência dava-se pela manipulação destas forças de pressão. A sua privacidade em relação à comunidade, no entanto, fez criar em torno de si um isolamento que gerava problemas na sua relação com o mundo (RESENDE, 1978).

O enrijecimento que caracterizou certo período de sua formação expressa um conflito ainda presente, que perpassa a história da instituição universitária: na busca de preservar a sua autonomia, esta choca-se com as demandas externas, seja em relação à Igreja, ao Estado ou à sociedade em geral, tendendo a fechar-se sobre si e criando uma atmosfera de auto-suficiência (ibid).

Entretanto, com o advento da modernização, assim considerado a partir do século XIX, a instituição assume características que decorrem especialmente das crescentes exigências impostas pelas demandas da sociedade, tornando-se inevitável a aproximação com o mundo exterior, o que a pressiona a procurar definições quanto ao seu sentido, a sua finalidade. E, especialmente com a emergência da ciência, a visão utilitária que lhe é imprimida entra em conflito com o afastamento da universidade do mundo *real*, das necessidades. O homem moderno, então, começa a exigir reformulações, desencadeando um dilema: ou a universidade retoma o seu feitio original, fechado e auto-suficiente, ou cede às pressões sociais que passam a cobrar uma justificativa a sua existência (RIBEIRO, 1997).

MAZZILI (1996, p. 5) acrescenta que este conflito não pode deixar de ser entendido sob as relações sociais e de poder que se estabelecem, pois

mesmo quando travestida sob a capa da neutralidade científica e acadêmica, a universidade sempre cumpre um papel político na manutenção ou na transformação do projeto global da sociedade, assumindo e desempenhando diferentes papéis de acordo com o momento histórico e a correlação entre as diferentes forças sociais da sociedade na qual se insere.

Isso representa que, se a produção do saber constitui-se num processo historicamente situado, a sua destinação também situa-se num campo de interesses e pressões, o que resulta no estabelecimento de prioridades e na definição de parcerias, de acordo com o projeto de universidade e de sociedade em pauta.

O projeto hoje hegemônico de universidade e de sociedade caminha na direção da chamada modernidade, envolvendo um conjunto de medidas que favorece a exclusão social e, com relação ao ensino superior, trás como âncora a lógica do mercado. Sobre isso, CHAUI (1995, p. 58) adverte que a moderniza-

ção que cria a *universidade de resultados* oferece o fetichismo da mercadoria no lugar da alienação religiosa da época medieval, trazendo de volta uma antiga concepção chamada *trabalho servil*, isto é, “*uma atividade que tem como figura determinante o usuário que encomendou o serviço, enquanto a ação produtora propriamente dita é considerada apenas a executante de uma rotina adquirida cuja finalidade e sentido lhe escapam*”. Separa-se, assim, o *criador-produtor-autor* e o *usuário-destinatário* de um trabalho onde este último encomenda, julga e avalia e é posto como proprietário do saber de um trabalho em que o outro é um *mero produtor*. A autora afirma que propor uma universidade de serviços é prepará-la para o fechamento, literalmente falando, isto porque, gradualmente, o capital não precisará de universidades, bastando-lhe centros de pesquisa altamente especializados, espalhados pelo mundo.

Ainda assim, hoje a questão da cooperação visando à inovação tecnológica é colocada para a universidade como uma exigência imperiosa para o crescimento do país, haja vista a grande competição internacional que pressiona as indústrias nacionais ao aprimoramento constante.³ Há discursos, contudo, que apontam para outra direção: a da necessidade do engajamento da universidade junto às lutas populares, como uma condição para a superação das estruturas sociais discriminatórias. RIBEIRO (1997), neste sentido, afirma que as duas orientações referem-se a uma questão comum: a da definição da universidade com seu *contexto*, onde a instituição precisa definir o seu *modo de ser* diante desta relação.

O eixo do problema, nesta perspectiva, a despeito do dilema instaurado (*universidade-empresa* versus *universidade-movimentos populares*), não está centrado exclusivamente na defi-

³ “A esta altura do jogo, resta apenas uma solução para o país: articular indústria, academia e governo num verdadeiro projeto de salvação nacional”. “A questão que se coloca para a sociedade é muito simples: ou se desenvolve capacitação tecnológica para competir em pé de igualdade com o exterior, ou a indústria brasileira naufraga”. Considerações de Carmine Taralli, presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais, conforme a Revista USP, “Dossiê Universidade-Empresa”, 1995, p. 43.

nição de determinada parceria, e sim nas condições, nos objetivos e critérios em que se estabelece dada relação.

Com certeza, o modo de ser de *caráter empresarial* que a universidade se vê compelida a assumir na relação com a sociedade torna-se particularmente problemático. E este caráter pode manifestar-se através de diversas formas, inclusive na parceria com movimentos populares, por meio da taxação, da cobrança pelos serviços prestados. Mas é a parceria incondicional com empresas que deixa esta suscetibilidade mais exposta, até porque a relação, em geral, passa a envolver a prestação de algum serviço ou a administração dos lucros e dos méritos da inovação - que é criada *para* a empresa. A par disso, CHAUÍ (1995) põe alguns questionamentos: a empresa beneficia-se das vantagens de determinada produção - e a universidade?; além dos aspectos financeiros, como tratar os de ordem ética e os que remetem à missão da universidade, especialmente a pública?; como se concebem questões relacionadas ao que está sendo justo, quando apenas uma empresa privada é favorecida com os resultados de um trabalho que tem como fonte (ou parcela deste) os recursos públicos? São alguns aspectos polêmicos que se impõem para reflexão, e que indicam que a universidade não está imune nesta relação. Além do risco de banalizar as suas tradicionais características (como o espírito crítico, questionador, a autonomia), outra possibilidade a considerar é a de tornar-se um *apêndice* da indústria nacional, constituindo uma nova dependência, pois o *serviço* necessita ser prestado permanentemente, já que a concorrência exige a busca contínua da competência.

Se a relação de forma mais intensificada com empresas é recente, tornando estes questionamentos bastante atuais, com os movimentos sociais parece constituir uma aspiração mais antiga na vida da universidade. O discurso evocando a ligação com os excluídos do sistema universitário está presente em vários momentos do seu desenvolvimento, embora esta proposta nem sempre seja viabilizada, colocando-se mais no plano das intenções. No entanto, mesmo constituindo experiências localizadas, sem a regularidade desejada, e apesar da di-

minuição de recursos, o que torna precários os meios para realizar certos projetos, a cooperação com os movimentos populares mostra-se possível, vindo a contribuir para a resolução de vários problemas coletivos (cf. UTOPIA E AÇÃO, 1996).

Ao contrário da relação que se estabelece com empresas, que, comumente, supõe a venda de um produto (o conhecimento), a relação com os movimentos populares supõe um outro tipo de *compensação*. O retorno à universidade passa a ser o de ordem subjetiva, não material, remetendo a outra lógica: passa a valer a matéria prima vinda do conhecimento popular; da cultura de *rua*, a vida com o que tem de adversidades, flagelos, desordens, alegrias, esperanças, lutas e lições. A renovação das formas e do sentido de aprender e ensinar na universidade apreende-se, assim, a partir da *troca de saberes* consubstanciada neste processo.

Uma Síntese a Construir-se

Para além de uma polarização excludente (empresa *ou* movimentos populares?), o que parece certo é que a universidade pública, na perspectiva de realizar a ligação com a sociedade, necessita pensar politicamente condições, critérios e objetivos, respondendo à questão: *colocar-se a serviço 'de quem', de quais propostas?*

A resposta a esta questão assume relevância quando se trata de refletir a universidade latino-americana, brasileira, de país periférico imerso em profundas desigualdades sociais. A universidade idealizada não se pode furtar a considerar o contexto sócio-econômico-político em que se situa, sob pena de tornar-se uma instituição prescindível, desnecessária. Traços da sociedade brasileira precisam ser considerados ao analisar-se a função social que cabe à universidade desempenhar e as parcerias e prioridades a constituírem-se, senão veja-se:

– 92% do PIB concentra-se nas mãos de 2% de indivíduos e grupos, enquanto os 8% do PIB distribuem-se para o restante da população (CHAUÍ, 1995);

– o Brasil tem 44% do pobres da América Latina, embora sua população seja 1/3 do total desta região. Ao lado da Bolívia e da Guatemala, o país aparece com os mais altos índices de mortalidade infantil e analfabetismo do continente. 40% da população tem renda mensal abaixo de US\$ 60,00 e 18,7% menos de US\$ 30,00 mensais (GADOTTI e GUTIÉRREZ, 1993);

– o Brasil possui uma tributação de impostos das mais elevadas do mundo (REVISTA VEJA, 1999), presumindo-se que exista um satisfatório retorno social nas áreas básicas de atendimento ao público, o que não acontece na realidade.

Parece não ser possível desprezar tais informações e supor uma universidade omissa diante desse quadro.

Entretanto, impõe-se, ainda, combinar o pensar politicamente com o pensar eticamente. À luz de seus fundamentos, definir-se-ão questões como *colocar-se a serviço de quais propostas, 'de que forma', sob quais princípios?*

Segundo CHAUI (1995), a ética refere-se ao comportamento autônomo do indivíduo, que o coloca capaz de desejar e alcançar racionalmente o bem, a felicidade e a justiça. Por si mesmo, o sujeito racional e livre põe-se na condição de estabelecer valores e respeitá-los. A seu ver, a ideologia neoliberal destrói pretensões éticas que levem à valores universais, ao transformar a violência econômica em modelo de ação humana.

A universidade, acrescenta, tem aceitado acriticamente e passivamente a consolidação de um quadro que favorece o aumento das desigualdades, dos privilégios e da falta de responsabilidade social.

Na medida em que há uma relação instrumental com a universidade por parte de estudantes, docentes, pesquisadores e funcionários, e uma relação técnico-estratégica das empresas e do Estado com a universidade pública, o campo ético encontra-se ausente da vida universitária. (ibid, p. 87)

Por isso, *“creio que nossa primeira tarefa, enquanto universitá-*

rios, é o combate lúcido ao que impede a ética na sociedade contemporânea” (ibid, p. 85)

Para a definição de princípios éticos, o grande desafio parece ser *desejar a alcançar racionalmente o bem, a felicidade e a justiça* de um ponto de vista que extrapole a mera individualidade e vislumbre o coletivo. Esta lógica emancipatória é o inverso do que hoje vigora e é enaltecido como padrão ético – o individualismo, o consumismo, o egoísmo, o narcisismo – ao que talvez possa denominar-se a *anti-ética*, acompanhando o conceito de CHAUI (1995).

SANTOS (1997) diz que a constelação ideológica-cultural hegemônica hoje presente aponta para a afirmação da subjetividade (entendida como particularidade, a especificidade, a diferenciação, o eu), em detrimento da cidadania (o domínio público, a universalidade, o coletivo, o interesse geral). E esta tensão somente será superada, afirma, se a relação entre subjetividade e cidadania ocorrer no marco da emancipação. Ao contrário, a subjetividade sem cidadania resultará no narcisismo, autismo, na desassociação, no privatismo.

Como inserem-se estes conceitos no tema central deste trabalho (parcerias da universidade: indústria ou movimentos populares)?

Parece-nos que o que há de importante a extrair da análise proposta é que a universidade precisa ser *reinventada* (usando a expressão de Santos) a partir de princípios que se pautem por definições éticas e políticas, tendo como base a afirmação da cidadania e a emancipação⁴.

Neste sentido, democratizar o conhecimento da universidade, seja junto aos movimentos populares ou às empresas, sob estes pressupostos norteadores – eis o desafio.

Certamente, a parceria com movimentos populares dá a tais pressupostos maior visibilidade e possibilidades de concretização. Há um fosso enorme e direções contrárias entre as duas

⁴ Emancipação no sentido de “ampliação e aprofundamento das lutas democráticas em todos os espaços estruturais da prática social (...)” (SANTOS, 1997, p. 277).

propostas. Neste momento, onde a pressão é dada no sentido de que a universidade *construa pontes bem pavimentadas* com empresas, visando sobretudo à captação de recursos, uma proposta voltada ao engajamento com movimentos populares exigirá que os educadores debatam em profundidade suas convicções, suas concepções, de modo que seja possível constituir *parcerias de idéias*, cumplicidades, superando antagonismos, a linguagem crítica sem ação, o imobilismo e a alienação presentes na universidade. Para tanto, é necessária a disposição de entrar numa *aventura*, onde a coragem, a ousadia, o gosto pela descoberta, a ruptura de dogmas e privilégios sejam motores dos paradigmas de mudança em construção. Mas as construções precisam dar-se em várias direções, e não apenas sobre a definição do alvo do trabalho de extensão. Assume importância, por exemplo, o repensar do trabalho pedagógico (criativo, crítico, motivado e motivador), a introdução de um sistema de avaliação inovador (não adestrador), a revisão de formas de gestão (que costumam favorecer blocos de poder em torno de interesses pessoais), a reestruturação organizacional (capaz de combinar estrutura funcional com objetivos traçados).

No entanto, também a opção emancipatória precisa balizar a instituição de parceria com empresas. Isso representa uma configuração a ser refletida e definida na universidade, demandando a determinação de um modo de relacionar-se frente ao conhecimento, medindo, inclusive, o impacto que esta relação desencadeia para ambas as partes. Daí a importância de resgatar e ter presente parâmetros políticos e éticos. É interessante, então, considerar o que diz ROSAS (1992, p. 175) a respeito do papel da universidade no intercâmbio com a sociedade:

A empresa moderna não pode abrir mão dos achados científicos e tecnológicos gerados nas universidades. A universidade não pode permanecer como uma entidade ilhada em seus laboratórios. O intercâmbio com a sociedade é uma imposição, na atualidade. Contudo, é igualmente uma imposição que a universidade pense politi-

camente as condições, sem contribuir de modo ingênuo para a instrumentação dos que praticam ações contrárias aos interesses nacionais, ou para o agravamento da opressão sobre as camadas menos aparelhadas à competição social.

BIBLIOGRAFIA

- ARCO-VERDE, Yvelise Freitas de Souza. Atenção integral às crianças e aos adolescentes: uma experiência de relações interinstitucionais. In: **Perfil da extensão universitária**. Curitiba, UFPR, v. 1, n. 1, p. 50-56, out. 1995.
- BANCO MUNDIAL. **La Enseñanza superior. Las lecciones derivadas de la experiencia**. Washington, USA: 1994.
- BRAGA, Ana Maria et al. Universidade futurante: inovação entre as certezas do passado e incertezas do futuro. In: LEITE, Denise, MOROSINI, Marília (orgs.). **Universidade Futurante: Produção do Ensino e Inovação**. Campinas: Papirus, p. 21-37, 1997.
- CHAUÍ, Marilena. Em torno da universidade de resultados e de serviços. **Revista USP. Dossiê Universidade-Empresa**. São Paulo, USP, n. 25, p. 54-61, mar.-maio, 1995.
- _____. Ética e universidade. **Universidade e Sociedade**. São Paulo, ANDES, v. 5, n. 8, p. 82-87, 1995.
- CUNHA, Luiz Antonio. Universidade e sociedade: uma nova dependência? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 74, p. 103-110, jan.-abr., 1993.
- FÁVERO, Maria de Lourdes. Autonomia universitária no Brasil e a intervenção do Estado. CATANI, Afrânio Mendes (org.). **Políticas de educação superior na América Latina no limiar do século XX**. Recife, s.ed., 1997, p. 56-68.
- FILIPOUSKI, Ana Mariza Riberio. Impacto da atividades de ex-

- tensão na universidade. **Utopia & Ação**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, 1996.
- GUIMARÃES, Ana Maria de Mattos. Uma utopia em ação. **Utopia & Ação**. Porto Alegre, UFRGS, v. 1, n. 2, set. 1996.
- MAZZILI, Sueli. Notas sobre indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. **Universidade e Sociedade**. São Paulo, ANDES, v. 6, n. 11, 1996, p. 4-10.
- PLONSKI, Guilherme Ary. Cooperação empresa-universidade: antigos dilemas, novos desafios: **Revista USP. Dossiê Universidade-Empresa**. São Paulo, USP, n. 1, p. 32-41, mar.-maio, 1995.
- RESENDE, Antonio Muniz et alii. Evolução da idéia e da estrutura universitária. **Educação Brasileira**. Brasília, v. 1, n. 2, p. 23-45, 1978.
- REVISTA USP. Dossiê Universidade-Empresa. São Paulo, USP, n. 1, mar.-maio, 1995.
- REVISTA VEJA, Abril, v. 32, n. 15, abr., 1999.
- RIBEIRO, Marlene. Competência x democratização: um desafio da pós-modernidade à universidade pública brasileira. **Universidade e Sociedade**, São Paulo, ANDES, v. 7, n. 12, p. 13-23, fev., 1997.
- ROSAS, Paulo. **Para compreender a educação superior brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997.
- SILVA JUNIOR, João dos Reis. Tendências do ensino superior diante da atual reestruturação do processo produtivo no Brasil. In: **Universidade na América Latina: tendências e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1996.
- UTOPIA & AÇÃO. Porto Alegre, UFRGS, v. 1, n. 2, 1996.
- VOGT, Carlos, CIACCO, Cesar. Universidade & Empresa: a interação necessária. **Revista USP. Dossiê Universidade-Empresa**. São Paulo, USP, n. 25, p. 24-31, mar.-maio, 1995.